



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

## PREGÃO ELETRÔNICO

009/2026

## CONTRATANTE (UASG)

932895- PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

## OBJETO

Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, abrangendo a criação de artes, impressão, confecção, acabamento e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Administração Pública Municipal.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 648.617,80 (seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta centavos).

## DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/02/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

## LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Portal Compras Gov - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR GLOBAL/POR LOTE

## MODO DE DISPUTA:

ABERTO

LOTE 01: AMPLA CONCORRÊNCIA

LOTE 02 E 3: EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE IGUAÇU**, por meio do setor de licitações e contratos, sediado na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, centro, CEP 87750-000, Iguaçu, Paraná, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 074/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, através de sua **PREGOEIRA** e equipe de apoio, nomeados pela Portaria de nº 001/2026.

## 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, abrangendo a criação de artes, impressão, confecção, acabamento e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Administração Pública Municipal.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes ao registro de preços são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.
- 2.2. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
  - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Não poderão disputar esta licitação:
  - 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.11. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.1.1. Não haverá previsão de apresentação de preços diferentes para os itens sob nenhuma hipótese.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, impedirá o prosseguimento no certame para aquele item;

4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar](#)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

[nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### 5.1.1. Valor unitário por item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último **por ele** ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (UM) centavo**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"** os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

## ESTADO DO PARANÁ

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá** admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat ou e-mail pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);  
e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

## ESTADO DO PARANÁ

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, cópia ou por meio digital, com autenticador.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

8.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

## 8.19. Exigências de habilitação

8.19.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 8.20. Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21)

8.21. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.22. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.23. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.24. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

- 8.25. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.26. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.27. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.28. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.29. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.30. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.31. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.32. **Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21)**
- 8.33. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 8.34. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.35. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.36. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.37. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.38. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.39. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.40. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

8.41. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.42. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.43. **Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21)**

8.44. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), expedida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública.

8.45. **Qualificação Técnica (Art. 67. Lei 14.133/21)**

Não há

8.46. Deverá apresentar a **Declaração Unificada**.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços e no Portal da Transparência.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será disponibilizado no Portal da Transparência do Município durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do município: <https://www.iguaracu.pr.gov.br/>

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

- 11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5. Fraudar a licitação;
- 11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 11.2.1. Advertência;
  - 11.2.2. Multa;
  - 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
  - 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto
  - 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
  - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pela plataforma **ComprasGov** em campo próprio ou e-mail eletrônico: [licitacao@iguaracu.pr.gov.br](mailto:licitacao@iguaracu.pr.gov.br)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

---

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no sítio eletrônico do município e endereço eletrônico: <https://www.iguaracu.pr.gov.br/> e endereço eletrônico [licitacao@iguaracu.pr.gov.br](mailto:licitacao@iguaracu.pr.gov.br)
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
  - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.
  - 13.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
  - 13.11.3. ANEXO III – Declaração Unificada;
  - 13.11.4. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Iguaçu/PR, 30 de janeiro de 2026.

Claudio Aparecido Bernin  
Prefeito Municipal



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 009/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “a” e “i”)

1.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, abrangendo a criação de artes, impressão, confecção, acabamento e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Administração Pública Municipal, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados, lotes e demais condições estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01					
Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	V. Unit	V. Total
1	ADESIVO PARA CAMPANHAS DIVERSAS 25X25MM	UNID	80.000	R\$ 0,32	R\$ 25.600,00
2	ADESIVO ROTULO DE SORO 74X105MM	UNID	15.000	R\$ 0,33	R\$ 4.950,00
3	ANAMNESE ALIMENTAR ADULTO E INFANTIL 100X1 – SULFITE – 21X29,5 CM	BL	100	R\$ 18,58	R\$ 1.858,00
4	ATENDIMENTO DE GESTANTE 15X21CM SULF 75G 100X1X0	BL	50	R\$ 14,39	R\$ 719,50
5	ATESTADO DE VACINA 10X15 SULF 75G 100X1 - 1X0	BL	50	R\$ 10,53	R\$ 526,50
6	ATESTADO MÉDICO 15X21 SULF 75G 100X1 1X0	BL	100	R\$ 11,82	R\$ 1.182,00
7	ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTE, 100X1 – 15X22CM	BL	50	R\$ 15,85	R\$ 792,50
8	ATIVIDADE DA EQUIPE DE SAÚDE RAES 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 11,36	R\$ 1.136,00
9	AUTO TERMO VIGILANCIA SANITÁRIA 30X21CM COPIATIVO 50X3 1X0	BL	40	R\$ 31,70	R\$ 1.268,00
10	BLOCO DE RECEITUÁRIO AZUL COM 50X1 – SUPERBOND AZUL 75G 10X25 CM	BL	50	R\$ 18,43	R\$ 921,50
11	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS – 100X2 CARBONADO, BRANCO E AZUL, 14X20CM	BL	100	R\$ 19,26	R\$ 1.926,00
12	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL – 100X2 CARBONADO, BRANCO E AZUL, 10X20CM	BL	50	R\$ 19,45	R\$ 972,50
13	BOLETIM DE BLOQUEIO PNCD 30X21CM 100X1 1X1	BL	20	R\$ 17,81	R\$ 356,20
14	BOLETIM DE CAMPO E LABORATÓRIO LIRA 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 19,34	R\$ 773,60
15	BOLETIM DE REGISTRO DIÁRIO PNCD 30X21CM 100X1 1X1 FRENTE E VERSO	BL	20	R\$ 18,52	R\$ 370,40
16	BOLETIM SEMANAL PNCD 30X21CM 100X1 1X1 FRENTE E VERSO	BL	20	R\$ 20,63	R\$ 412,60
17	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO 37X14CM	UNID	40	R\$ 51,50	R\$ 2.060,00
18	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO 47X17CM	UNID	40	R\$ 57,50	R\$ 2.300,00
19	CADERNETAS DA GESTANTE, EM MATERIAL RESISTENTE, PERSONALIZADA, CRIAÇÃO DE ARTE, CONFORME MODELO 7º EDIÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CADERNETAS DA GESTANTE, EM MATERIAL RESISTENTE,	UNID	100	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

	PERSONALIZADA, CRIAÇÃO DE ARTE, CONFORME MODELO 7ª EDIÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE				
20	CARTÃO CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL E GLICEMIA, TIPO LIVRO, 4 PÁGINAS (2 FOLHAS) 10,5X14 CM, PAPEL CARTÃO	UNID	1.500	R\$ 0,65	R\$ 975,00
21	CARTÃO DA CRIANÇA, MEDIDAS 21X30CM, PAPEL COUCHE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. - CARTÃO DA CRIANÇA, MEDIDAS 21X30CM, PAPEL COUCHE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.	UNID	200	R\$ 12,20	R\$ 2.440,00
22	CARTÃO DE HORARIO P/ DENTISTA 14X7CM SULF. 240G 1X1, PAPEL CARTÃO	UNID.	3.000	R\$ 0,61	R\$ 1.830,00
23	CARTÃO DO PACIENTE – CARTOLINA AZUL 180GR, 57X95MM	UNID	3.000	R\$ 1,17	R\$ 3.510,00
24	CARTÃO HORIZONTAL DE ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DENGUE, PAPEL CARTÃO, IMPRESSÃO COLORIDA, 9X30 CM, FRENTE E VERSO	UNID	1.500	R\$ 0,69	R\$ 1.035,00
25	CARTÃO NUTRICIONISTA, PAPEL CARTÃO, FRENTE E VERSO, 14X9,5 CM	UNID	700	R\$ 1,01	R\$ 707,00
26	CARTAZ PAPEL COUCHE 33X48CM, COLORIDO	UNID	300	R\$ 5,38	R\$ 1.614,00
27	CARTEIRA DE VACINAÇÃO 21X46 4X4 180GR DOBRADO IMPRESSÃO COLORIDA	UNID	1.000	R\$ 2,76	R\$ 2.760,00
28	CARTEIRA DE VACINAÇÃO ANIMAL, PAPEL CARTÃO, FRENTE E VERSO, COLORIDA, 31,5X21CM	UNID	400	R\$ 2,94	R\$ 1.176,00
29	CARTILHA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL -IMPRESSÃO PERIÓDICOS - CARTILHA - FORMATO ABERTO: 29,7 X 21CM (A4); CORES: 4/4; ACABAMENTO: 1 DOBRA E 2 (DOIS) GRAMPOS; PAPEL: COUCHET BRILHO 115G; NÚMERO DE PÁGINAS: 08 (MODELOS E CONTEÚDOS DIFERENTES, MANTENDO AS ESPECIFICAÇÕES)	UNID	300	R\$ 39,98	R\$ 11.994,00
30	COMUNICADO DE COMPARECIMENTO A VISITA MENSAL NÃO ATENDIDA NA ÁREA – ESF – 17X9,5 CM – SULFITE 100X1	BL	60	R\$ 15,83	R\$ 949,80
31	CRACHÁ EM PVC 1MM, MEDIDAS 8,7X5,7CM. CORDÃO PERSONALIZADO COM CRIAÇÃO DE ARTE, 100% POLIÉSTER ACETINADO ANTIALÉRGICO. COM PRESILHA DE METAL TIPO JACARÉ. PERSONALIZAÇÃO COLORIDA. - CRACHÁ EM PVC 1MM, MEDIDAS 8,7X5,7CM. CORDÃO PERSONALIZADO COM CRIAÇÃO DE ARTE, 100% POLIÉSTER ACETINADO ANTIALÉRGICO. COM PRESILHA DE METAL TIPO JACARÉ. PERSONALIZAÇÃO COLORIDA	UNID	200	R\$ 32,90	R\$ 6.580,00
32	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO 15X21CM SULF. 75G. 100X1 1X0	BL	50	R\$ 19,53	R\$ 976,50
33	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO DENTISTA 15X21CM SULF. 75G. 100X1 1X0	BL	30	R\$ 19,45	R\$ 583,50
34	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO FISIOTERAPIA 15X21CM SULF. 75G. 100X1 1X0	BL	20	R\$ 19,85	R\$ 397,00
35	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO PSICOLOGIA 15X21CM SULF. 75G. 100X1 1X0	BL	20	R\$ 19,85	R\$ 397,00
36	ENTOMOLOGIA DENGUE 6X6CM ADESIVO CORTE P DESTAQUE 1X0	UNID	2.000	R\$ 2,88	R\$ 5.760,00
37	ESF FICHA A 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 23,36	R\$ 2.336,00
38	ESF FICHA DE VISITA 30X21CM SULF. 75G. 100X1 1X1	BL	100	R\$ 21,24	R\$ 2.124,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

39	ETIQUETAS ADESIVO – ÁLCOOL GEL 70%, GEL COMUM, SABONETE, PVPI, TÓPICO, CLOREXITINA 2%	UNID	1.000	R\$ 1,52	R\$ 1.520,00
40	FICHA APREENSÃO DE AMOSTRA, 30X21 CM 100X1 1X1	BL	5	R\$ 23,75	R\$ 118,75
41	FICHA DE ATENDIMENTO 21X30 50X2 COPIATIVO 1X0	BL	50	R\$ 28,93	R\$ 1.446,50
42	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL 30X21CM 100X1 1X1	BL	200	R\$ 24,27	R\$ 4.854,00
43	FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL 30X21CM SULF. 75G 50X1	BL	50	R\$ 17,54	R\$ 877,00
44	FICHA DE AVALIAÇÃO ESCOLARES CRECHES 30X21CM 100X1	BL	10	R\$ 26,46	R\$ 264,60
45	FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 25,65	R\$ 2.565,00
46	FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL 30X21CM SULF. 75G. 100X1 1X1	BL	100	R\$ 24,55	R\$ 2.455,00
47	FICHA DE CONTROLE DE FISIOTERAPIA, 9 X 11,5 CM, PAPEL CARTÃO	UNID	1000	R\$ 0,91	R\$ 910,00
48	FICHA DE PROCEDIMENTOS 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 25,80	R\$ 2.580,00
49	FICHA DE RECOMENDAÇÃO 30X21CM 100X1 1X1	BL	20	R\$ 23,13	R\$ 462,60
50	FICHA DE VISITA DOMICILIAR 11X14CM	UNID	2.000	R\$ 3,59	R\$ 7.180,00
51	FICHA DE VISITA DOMICILIAR PNCD 9X16CM COM ADESIVO DE CORTE PARA DESTAQUE	BL	1.000	R\$ 8,25	R\$ 8.250,00
52	FICHA DE VISTORIA PARA HABITE 30X21CM COPIATIVO 50X3 1X0	BL	30	R\$ 32,14	R\$ 964,20
53	FICHA GERAL DE ATENDIMENTO URGENCIA/ EMERGENCIA, FRENTE E VERSO 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 12,73	R\$ 1.273,00
54	FICHA ROSA 21X30 1X1 COR C/100 FLS 100X1 1X1	BL	50	R\$ 15,08	R\$ 754,00
55	FOLDER TAMANHO FOLHA A4, IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, FRENTE E VERSO, ORIENTAÇÕES FARMACEUTICAS HIPERTENSÃO E DIABETES	UNID	1.000	R\$ 1,91	R\$ 1.910,00
56	FOLDER 11 X 21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA, FRENTE E VERSO, PAPEL COUCHE	UNID	5.000	R\$ 0,87	R\$ 4.350,00
57	FOLDER 15,5 X 21 CM, PAPEL COUCHE, IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, FRENTE E VERSO, PREVENINDO A OBESIDADE	UNID	1.000	R\$ 1,53	R\$ 1.530,00
58	FOLDER 2 FOLHAS A4, TIPO LIVRO, FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO COLORIDA, PAPEL COUCHE, SAUDE MENTAL E TABAGISMO	UNID	1.000	R\$ 1,93	R\$ 1.930,00
59	FOLDER 21X30CM COUCHE 150 1 OU 2 DOBRAS 4X4 VÁRIOS MODELO	UNID	5.000	R\$ 0,63	R\$ 3.150,00
60	FOLDER 8 X 19 CM, IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, FRENTE E VERSO, PAPEL COUCHE, SAUDE MENTAL	UNID	1.000	R\$ 1,47	R\$ 1.470,00
61	GUIA DE ENCAMINHAMENTO 15X21CM COPIATIVO 50X2 1X0	BL	100	R\$ 17,32	R\$ 1.732,00
62	IMPRESSÃO DE FOLHAS / APOSTILAS AULA DE MÚSICA, EM PAPEL SULFITE 75GRS, TAMANHO A4, FRENTE E VERSO, PRETO E BRANCO, ESPIRAL, ENCADERNADA.	UNID	3.000	R\$ 6,43	R\$ 19.290,00
63	IMPRESSÃO DE FOLHAS / APOSTILAS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM PAPEL SULFITE 75GRS, TAMANHO A4, FRENTE E VERSO, PRETO E BRANCO, ESPIRAL ENCADERNADA.	UNID	40.000	R\$ 6,28	R\$ 251.200,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

64	IMPRESSÃO DE FOLHAS / APOSTILAS SECRETARIA DE SAÚDE, EM PAPEL SULFITE 75GRS, TAMANHO A4, FRENTE E VERSO, COLORIDA, ESPIRAL ENCADERNADA.	UNID	4.000	R\$ 6,37	R\$ 25.480,00
65	MAPA DE REGISTRO DIARIO DE VACINA 45X30CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	50	R\$ 33,43	R\$ 1.671,50
66	NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B C NUMERAÇÃO 19X11CM 50X1 1X0, PAPEL AZUL, GROSSO, TIPO RIFA COM DESTAQUE	BL	100	R\$ 19,86	R\$ 1.986,00
67	ODONTOGRAMA 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	30	R\$ 28,24	R\$ 847,20
68	PANFLETO EM PAPEL COUCHE 22X32CM COLORIDO	UNID	1.000	R\$ 0,71	R\$ 710,00
69	PASTA PARA PROCESSO DE LICITAÇÃO, EM PAPEL COUCHÊ 230G, TAMANHO 32X47, 1 DOBRA, TIMBRADA COM A LOGO DA PREFEITURA E ESCRITAS A SEREM REPASSADAS NO MOMENTO DO PEDIDO, COLORIDA.	UNID	3.000	R\$ 3,76	R\$ 11.280,00
70	PLACA PVC 2MM ADESIVADO TAMANHO 1X1	UNID	20	R\$ 107,75	R\$ 2.155,00
71	PLACA PVC 2MM ADESIVADO TAMANHO 50X50	UNID	20	R\$ 87,66	R\$ 1.753,20
72	PNCD REGISTRO DIÁRIO DE UBV 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 24,15	R\$ 966,00
73	POSOLOGIA 3,5X5X5CM C/ CORTE P/DESTAQUE PAPEL ADESIVO 1X0	UNID.	18.000	R\$ 0,31	R\$ 5.580,00
74	PRESCRIÇÃO MÉDICA E RELATÓRIO DE ENFERMAGEM – 75G – SULFITE, 29X21CM 100X1	BL	100	R\$ 21,36	R\$ 2.136,00
75	PRONTUARIO MEDICO PARA ENFERMARIA 100X1 – SULFITE – 21X29,7CM	BL	50	R\$ 25,43	R\$ 1.271,50
76	PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO AVAL. GERAL ANAMNESE 30X21 100X1 1X1	BL	30	R\$ 29,24	R\$ 877,20
77	PROTOCOLO P/ ENCAMINHAMENTO CLINICO 30X21 SULF. 75G. 100X11X1	BL	50	R\$ 20,03	R\$ 1.001,50
78	PROTOCOLO P/ ENCAMINHAMENTO ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS CISAMUSEP 15X21 SULF. 75G. 100X2	BL	40	R\$ 29,31	R\$ 1.172,40
79	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 15X21CM COPIATIVO 50X2 1X0, 1 FOLHA BRANCA E 1 AMARELA	BL	200	R\$ 18,07	R\$ 3.614,00
80	RECEITUÁRIO NUTRICIONISTA, FOLHA A4, 100X1	BL	20	R\$ 16,73	R\$ 334,60
81	RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO DENGUE 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 28,50	R\$ 1.140,00
82	REFERENCIA E CONTRA REFERENCIA 21X30CM 100X1 1X1	BL	50	R\$ 23,45	R\$ 1.172,50
83	REGISTRO DIÁRIO DE APLICAÇÃO E ULTRA BAIXO VOL 30X21CM 100X1	BL	40	R\$ 23,61	R\$ 944,40
84	RELATORIO DE PRODUÇÃO E MARCADORES PARA AVALIAÇÃO00 ESF – 100X1 – SULFITE – 21X29,7	BL	50	R\$ 31,40	R\$ 1.570,00
85	REQUISIÇÃO DE EXAMES 15X21CM AUTO COPIATIVO 50X2 1X0	BL	300	R\$ 17,79	R\$ 5.337,00
86	RESUMO DE BOLETIM DE CAMPO LIRA DENGUE 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 24,10	R\$ 964,00
87	RESUMO DE REC GEOGRÁFICO POR LOCALIDADE 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 24,25	R\$ 970,00
88	ROTEIRO DE INSPEÇÃO EM PANIFICADORAS 30X21CM 100X1 1X1	BL	6	R\$ 35,67	R\$ 214,02
89	ROTEIRO DE INSPEÇÃO P BARES E LANCHONETES 30X21CM 100X1 1X0	BL	6	R\$ 28,03	R\$ 168,18
90	ROTEIRO DE INSPEÇÃO P ESTABELECIMENTOS RES. RCD 216/04 30X21	BL	6	R\$ 28,03	R\$ 168,18
91	ROTEIRO DE INSPEÇÃO P INDUSTRIAS RES RDC 275/02 30X21CM 100X	BL	6	R\$ 28,03	R\$ 168,18



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

92	SERVIÇO MÉDICO MUNICIPAL 15X21 COPIATIVO 50X2 1X0	BL	300	R\$ 11,08	R\$ 3.324,00
93	SERVIÇO ODONTOLÓGICO MUNICIPAL 15X21CM COPIATIVO 50X3 1X0	BL	50	R\$ 21,43	R\$ 1.071,50
94	SOLICITAÇÃO AUTORIZAÇÃO TRAT. FORA DO DOMICILIO 30X21CM 100X1	BL	20	R\$ 22,48	R\$ 449,60
95	SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS 15X21CM COPIATIVO 50X2 1X0	BL	300	R\$ 17,60	R\$ 5.280,00
96	SUPERVISÃO DE CAMPO AO AGENTE DE ENDEMIAS PNCD 30X21CM 100X1 1X1	BL	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
97	TERMO DE REC. DE RISCO PARA MULHERES MAIS DE 55 ANOS 30X21CM 100X1	BL	20	R\$ 33,60	R\$ 672,00
98	TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SIBUTRAMINA 30X21CM SULF. 75G 100X1.	BL	20	R\$ 21,97	R\$ 439,40
99	TRATAMENTO ODONTOLÓGICO 30X21CM SULF. 75G. 100X1 1X1	BL	30	R\$ 29,74	R\$ 892,20
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 01</b>					<b>R\$ 510.938,01</b>

LOTE 02					
Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	V. Unit	V. Total
100	CARIMBO AUTOMÁTICO 27X10MM	UNID	60	R\$ 96,38	R\$ 5.782,80
101	CARIMBO AUTOMÁTICO 37X14MM	UNID	60	R\$ 96,38	R\$ 5.782,80
102	CARIMBO AUTOMÁTICO 47X18MM	UNID	60	R\$ 111,28	R\$ 6.676,80
103	CARIMBO AUTOMÁTICO 59X23MM	UNID	60	R\$ 129,88	R\$ 7.792,80
104	CARIMBO AUTOMÁTICO 6X4CM	UNID	60	R\$ 197,38	R\$ 11.842,80
105	CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 4911	UNID	60	R\$ 121,74	R\$ 7.304,40
106	CARIMBO AUTOMATICO Nº 4914	UNID	60	R\$ 153,24	R\$ 9.194,40
107	CARIMBO DE MADEIRA 7X1CM	UNID	60	R\$ 137,38	R\$ 8.242,80
108	CARIMBO DE PAGINAÇÃO REDONDO (MANUAL), CARIMBO REDONDO, CONFECCIONADO EM BORRACHA RESINADA DE ALTA DURABILIDADE, (COM GRAVAÇÃO INDICADA PELA ADMINISTRAÇÃO) E "FLS Nº __", AREA DE IMPRESSÃO APROXIMADA DE 3 CM DE DIAMETRO, BASE EM MADEIRA OU ACRILICO, COM EMPUNHADURA ANATOMICA QUE PROPORCIONA CONFORTO NO USO, UTILIADO PARA CONTROLE E NUMERAÇÃO MANUAL DE PÁGINAS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS OFICIAIS, COMPATÍVEL, COM TINTAS E ALMOFADAS DE CARIMBO CONVENCIONAIS, PRODUTO NOVO, DE EXCELENTE QUALIDADE M COM GRAVAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE AO DESGASTE	UNID	20	R\$ 100,63	R\$ 2.012,60
109	CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO 6 DIGITOS, CORPO ROBUSTO EM METAL CROMADO, DIGITOS METALICOS, AUTO ENTINTAMENTO, ALTURA DO DIGITO 5MM, CARIMBA DE 000000 ATÉ O 999999, FUNÇÃO DE SUPRESSÃO DE DIGITOS ONDE ELIMINA DIGITOS NÃO DESEJADOS, NUMERAÇÃO SEQUENCIAL AUTOMÁTICA (CONSECUTIVA, DUPLICADA, TRIPLICADA, QUADRUPLICADA, QUINTUPLICADA, SEXTUPLICADA	UNID	6	R\$ 411,74	R\$ 2.470,44



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

110	CARIMBO TIPO CHANCELA, CONFECCIONADO EM ESTRUTURA PLÁSTICA OU METÁLICA RESISTENTE, COM BASE DE APOIO ESTÁVEL E ALAVANCA DE ACIONAMENTO MANUAL. EQUIPADO COM PLACA METÁLICA PERSONALIZADA EM RELEVO (ALTO E BAIXO RELEVO) CONTENDO DIZERES PADRONIZADOS, UTILIZADOS PARA AUTENTICAÇÃO E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS OFICIAIS. POSSUI MECANISMO DE PRESSÃO QUE IMPRIME MARCA VISÍVEL SEM O USO DE TINTA, GARANTINDO SEGURANÇA E EVITANDO FALSIFICAÇÕES. INDICADO PARA USO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS, SECRETARIAS E SETORES ADMINISTRATIVOS. PRODUTO NOVO, DE EXCELENTE QUALIDADE E DURABILIDADE, COM GRAVAÇÃO NÍTIDA E ACABAMENTO PRECISO.	UNID	5	R\$ 558,63	R\$ 2.793,15
VALOR TOTAL DO LOTE 02					R\$ 69.895,79

LOTE 03					
Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	V. Unit	V. Total
111	BANNERS 0,70X 1,00 CM COLORIDO	UNID	50	R\$ 98,18	R\$ 4.909,00
112	BANNERS 1,00X1,50M COLORIDO	UNID	50	R\$ 114,18	R\$ 5.709,00
113	BANNERS 1,00X1,80 CM COLORIDO	UNID	50	R\$ 124,18	R\$ 6.209,00
114	BANNERS 1,20X0,80M COLORIDO	UNID	50	R\$ 102,18	R\$ 5.109,00
115	BANNERS 1,20X2,00M COLORIDO	UNID	50	R\$ 154,18	R\$ 7.709,00
116	BANNERS1,00X1,30 CM COLORIDO	UNID	50	R\$ 115,18	R\$ 5.759,00
117	FAIXA EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 0,80X3,00M COLORIDO	UNID	50	R\$ 153,60	R\$ 7.680,00
118	FAIXA EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 1,00X3,00M COLORIDO	UNID	40	R\$ 189,75	R\$ 7.590,00
119	FAIXA EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 1,20X3,00M COLORIDO	UNID	40	R\$ 206,75	R\$ 8.270,00
120	FAIXA EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 1,40X4,00M COLORIDO	UNID	40	R\$ 221,00	R\$ 8.840,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03					R\$ 67.784,00

**OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do COMPRAS GOV e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.**

1.2. O valor máximo estimado do Registro de preços, perfaz o total de R\$ 648.617,80 (seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta centavos).

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que apresentam especificações usuais e correntes no mercado, possuindo padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pela Administração, sem necessidade de soluções técnicas personalizadas ou de natureza complexa.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal nº 074/2023.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período.

1.5.1. Na hipótese de prorrogação, poderão ser renovadas as quantidades registradas, observados os limites orçamentários e a vantajosidade da contratação, de modo a assegurar a continuidade do atendimento das demandas da Administração Municipal.

1.6. O lote 01 é para ampla concorrência.

1.6.1. O lote 02 e 03, é Exclusivo para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência e do ETP.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **3.2. Do ciclo de vida do objeto e garantia de qualidade do objeto**

Não se aplica.

### **Da Padronização dos produtos que integram o objeto**

3.3. Os itens não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES nº 938/2022.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)**

### **Dos Critérios de Sustentabilidade**

4.1. Deverão ser adotadas todas as ações necessárias para que a contratação cause o menos dano possível ao meio ambiente, conforme medidas indicadas em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

### **Da Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.2. Não será indicada marcas neste processo.

### **Da Subcontratação**

4.3. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

### **4.4. Do Parcelamento**

4.4.1. A presente contratação adota a sistemática de parcelamento por lotes, em conformidade com o art. 40, alínea “b” do inciso V, da Lei nº 14.133/2021, pois amplia a competitividade e assegura a participação do maior número possível de fornecedores.

### **Do Orçamento Sigiloso**

4.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

## Da Exigência de Amostra

4.6. Não haverá a exigência de apresentação de amostras.

## Da Garantia da Contratação

4.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

**4.8. Prazo de entrega:** Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela Administração Pública.

**4.9. Local de entrega:** As entregas serão realizadas no Paço da Prefeitura Municipal de Iguaçu, sito a Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro, Iguaçu - PR, 86750-000.

**4.10. Horário de recebimento:** As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 13h30 às 16h00, em dias úteis, respeitando os horários de expediente das unidades receptoras e a conveniência operacional de cada secretaria requisitante.

## 5. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

### 5.1. Responsabilidade pela elaboração das artes gráficas

5.1.1. A empresa contratada será integralmente responsável pela elaboração, adaptação e finalização das artes gráficas dos materiais objeto da contratação, observadas as diretrizes, conteúdos institucionais e orientações fornecidas pela Administração Pública Municipal.

5.1.2. A elaboração das artes deverá atender aos princípios da clareza, padronização visual, legibilidade e adequação à finalidade pública, respeitando a identidade institucional do Município, quando aplicável, bem como as especificações técnicas definidas no Termo de Referência. Caberá à contratada realizar os ajustes necessários sempre que solicitados, até a aprovação final pela Administração, sem ônus adicional, desde que mantidas as características do objeto contratado.

5.1.3. A Administração fornecerá as informações essenciais, textos, logomarcas e orientações gerais, competindo à contratada a responsabilidade técnica pela diagramação, layout, tratamento gráfico e preparação dos arquivos para impressão ou reprodução, garantindo a qualidade final do material entregue.

5.1.4. A atribuição da responsabilidade pela arte gráfica à contratada visa assegurar eficiência administrativa, padronização dos materiais, redução de retrabalho interno e adequada execução contratual, em conformidade com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2. O objeto desta licitação deverá ser fornecido parceladamente, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pelo Setor Competente, devendo ser entregues no prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da data do recebimento da respectiva solicitação.

5.2.1. Entregar os bens, sempre que solicitado no prazo estabelecido em Edital no endereço e horário indicados na Nota de Empenho.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

5.2.2. Nos preços deverão estar inclusos todas as despesas com combustíveis, transporte, impostos, seguros, taxas, e materiais necessários para execução do objeto, bem como, o que for necessário para o perfeito cumprimento do solicitado no Termo de Referência.

5.2.3. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

5.2.4. A CONTRATADA deverá fornecer os produtos rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, características, marcas e demais condições constantes na proposta de preços vencedora e neste Termo de Referência, sendo vedada qualquer substituição sem prévia e expressa autorização da autoridade competente.

5.2.5. Os produtos serão recusados, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

a) quando entregues em desacordo com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, no edital e na proposta apresentada no procedimento licitatório;

b) quando apresentarem vícios, defeitos, falhas ou qualquer inconformidade constatada durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.2.6. Constatadas irregularidades, a CONTRATADA ficará obrigada a refazer, reparar, corrigir, substituir, complementar ou reconstruir, às suas expensas, total ou parcialmente, os produtos que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado do recebimento da notificação formal.

5.2.7. O recebimento dos objetos ocorrerá de forma provisória e definitiva, observando-se os seguintes procedimentos:

I – Recebimento Provisório: realizado a partir da entrega do objeto solicitado, ocasião em que o fiscal do contrato ou da Ata de Registro de Preços disporá do prazo de até 05 (cinco) dias úteis para verificar a conformidade dos produtos entregues com a Nota de Empenho, a Nota Fiscal, as quantidades, as especificações técnicas e, quando aplicável, prazos de validade. Havendo divergências, o fornecimento será rejeitado e a CONTRATADA será formalmente notificada para providenciar a substituição ou correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado da ciência da notificação.

II – Recebimento Definitivo: ocorrerá após a conclusão satisfatória do recebimento provisório e a comprovação de que todos os produtos estão em conformidade com o contrato, oportunidade em que o fiscal responsável atestará o recebimento definitivo na Nota Fiscal, autorizando o encaminhamento para os trâmites legais de pagamento.

5.2.8. A assinatura no conhecimento de transporte ou documento equivalente pela empresa transportadora não caracteriza o recebimento definitivo dos produtos, nem implica reconhecimento de conformidade com a Nota de Empenho ou com o contrato.

5.2.9. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com este Termo de Referência. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que os produtos apresentam defeitos, estão incompletos ou em desconformidade com as especificações, a CONTRATADA será notificada para promover as correções necessárias, no prazo fixado pela Administração.

5.2.10. Independentemente da aceitação provisória ou definitiva, a CONTRATADA permanece responsável pela qualidade dos produtos fornecidos, obrigando-se a substituí-los, às suas expensas, sempre que constatadas falhas ou defeitos durante o período de recebimento provisório ou dentro do prazo de garantia aplicável.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

5.2.11. Estando os produtos plenamente em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, será formalizado o recebimento definitivo pela Administração.

## **5.3. Das Obrigações da Detentora da Ata de Registro de Preços**

A Contratada, ao assinar a Ata de Registro de Preços, obriga-se a:

5.3.1. Fornecer os itens sempre que solicitado pelo setor competente, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado do recebimento da respectiva solicitação.

5.3.2. Entregar os produtos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de utilização, livres de avarias, com embalagens íntegras, prazos de validade adequados, e em estrita conformidade com as especificações técnicas e com as necessidades do Município, nos locais e endereços indicados na Autorização de Fornecimento.

5.3.3. Substituir, imediata e integralmente, sem qualquer ônus para o Município, os itens que estiverem em desacordo com as especificações, impróprios para uso ou que apresentarem vícios, defeitos ou avarias, constatados no ato da entrega ou durante o período de garantia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da notificação formal da Administração, arcando com todas as despesas relativas à substituição, inclusive transporte.

5.3.4. Assumir, de forma integral e exclusiva, todos os custos e encargos decorrentes do fornecimento dos produtos, incluindo, mas não se limitando a:

- a) tributos, taxas, fretes, seguros, carregamento, descarregamento e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas ao transporte e à entrega dos materiais;
- b) encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos aos seus empregados e à atividade empresarial;
- c) despesas relativas à garantia dos produtos fornecidos.

5.3.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, por si ou por seus prepostos, em decorrência do fornecimento dos bens, inclusive aqueles decorrentes de vícios ou defeitos dos produtos, nos termos dos arts. 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), eximindo a Administração de qualquer responsabilidade ou reclamação.

5.3.6. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e eventual contrato dela decorrente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme disposto no inciso XVI do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.7. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer parcela do objeto, salvo se houver autorização expressa e prévia da Administração, nos termos previstos no Termo de Referência ou na minuta contratual.

5.3.8. Garantir que eventual inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários ou comerciais não transfira à Administração qualquer responsabilidade pelo respectivo pagamento, nem onere o objeto da contratação.

5.3.9. Atender prontamente às determinações e exigências da Administração relacionadas ao objeto da contratação, bem como permitir e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do fornecimento, prestando todas as informações solicitadas.

5.3.10. Comunicar formalmente à Administração, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer fatos que possam comprometer o cumprimento do prazo de entrega ou





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

caracterizar situação de urgência ou anormalidade na execução do fornecimento, apresentando as devidas justificativas.

5.3.11. Indicar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços e pelo recebimento de notificações e comunicações oficiais, informando endereço eletrônico (e-mail) e telefone atualizados para contato.

5.3.12. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de proteção à criança e ao adolescente, vedando a utilização de trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, bem como de menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, além de observar as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social.

5.3.13. Permanecer como única e exclusiva responsável perante o Município pela execução do fornecimento dos bens, não podendo transferir tal responsabilidade a fabricantes, representantes, distribuidores ou quaisquer terceiros.

## 5.4. Das Obrigações da Contratante

5.3.1. Proporcionar todas as condições para que a Detentora da Ata possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.

5.3.2. Rejeitar no todo ou em parte os serviços e as mercadorias entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Detentora da Ata, notificando-a para proceder à substituição.

5.3.3. Efetuar com pontualidade o pagamento à Detentora da Ata, após o cumprimento das formalidades legais.

5.3.4. Exercer fiscalização sobre o cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

5.3.5. Designar um representante da administração para fazer a fiscalização e o acompanhamento do cumprimento deste contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização dos problemas observados.

5.3.6. Fornecer as informações necessárias para o fornecimento dos bens, tais como documentação existente, legislações pertinentes e outros.

5.3.7. Receber/dar aceite aos bens e serviços entregues/realizados.

5.3.8. Aprovar e atestar Nota fiscal/Fatura dos materiais, bens entregues, acompanhada dos comprovantes de regularidade fiscal necessários ao pagamento.

5.3.9. Comunicar a necessidade de aplicação de sanção, quando houver descumprimento contratual ou qualquer prejuízo de responsabilidade da Detentora da Ata.

5.3.10. Comunicar à licitante vencedora qualquer anormalidade ocorrida na execução do contrato, diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas.

5.3.11. Proporcionar todas as facilidades necessárias à perfeita execução do objeto deste Termo de Referência, como acesso às dependências do Órgão e a disponibilidade das informações pertinentes.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Da Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

## **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

6.15. Fica nomeado como fiscal técnico e administrativo da ata de Registro de Preços: Carla Susana Sanches Cella – Secretaria Municipal de Administração.

## **Gestor do Contrato**

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.23. Fica nomeado como gestor contratual a Sra. Nathielly Fernanda dos Santos Fonseca, lotada na Chefia de Gabinete.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)**

### **Do Recebimento**

7.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias, após o aceite da **nota fiscal eletrônica e atesto de entrega dos produtos** acompanhados obrigatoriamente de **Certidões Negativas de FGTS/UNIFICADA**, Certidão Negativa de Tributos Municipais (para empresas sediadas no Município de Iguaçu) e pelo termo de Recebimento assinado por Servidor designado pela Administração deste Município.

7.22.1. O prazo mencionado refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções ou com prazo de validade vencido os mesmos serão devolvidos à contratada para nova apresentação.

7.22.2. É de Obrigatoriedade da empresa contratada ao emitir a(s) Notas(s) Fiscal(is), conforme Solicitação(ões) de despesa(s), Enviar para o e-mail da secretaria responsável para o devido empenho: [compras@iguaracu.pr.gov.br](mailto:compras@iguaracu.pr.gov.br)

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

## Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

### Da modalidade e critério de julgamento

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21)

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21)**

- 8.14. Prova de **inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.
- 8.17. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.18. Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.20. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.21. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21)**

- 8.24. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)), expedida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública.

## **Qualificação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21)**

- 8.25. Não há.

## **Da Participação de Cooperativas**

- 8.26. Tratando-se de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);
- 8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **Declarações**

8.27. Deverá apresentar a **Declaração Unificada**.

## **Requisitos contratuais**

8.29. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.30. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.31. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.32. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.32.1. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.33. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

8.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**101 – 05.001.04.121.0004.2010.33.90.39.00.00**

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 009/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SIGILO: ( ) SIM ( X ) NÃO

Órgão que será atendido pelo Estudo:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
--------------------------------------	---------------------------------------

### 1. IDENTIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DO ESTUDO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar, caracterizar e justificar a necessidade de contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na confecção, fornecimento e execução de serviços gráficos diversos, destinados ao atendimento de todos os setores da Administração Pública Municipal.

1.2. A demanda abrange materiais gráficos de uso contínuo e indispensável à rotina administrativa, operacional e institucional do Município, utilizados tanto em atividades internas quanto no atendimento direto ao cidadão, assegurando a formalização de atos, o registro de informações, a comunicação institucional e a execução de políticas públicas.

1.3. Os materiais gráficos objeto deste estudo são utilizados, exemplificativamente, pelas seguintes Secretarias e órgãos:

a) Secretaria Municipal de Saúde: formulários clínicos, prontuários, receituários, fichas de atendimento, materiais da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, campanhas de saúde pública, materiais educativos e registros obrigatórios do SUS;

b) Secretaria Municipal de Educação: apostilas encadernadas, materiais pedagógicos impressos, convites, certificados, cartazes, comunicados oficiais, materiais de apoio escolar e ações educativas;

c) Secretaria Municipal de Assistência Social: fichas cadastrais, formulários de acompanhamento social, materiais informativos, campanhas institucionais e registros administrativos;

d) Secretaria Municipal de Administração: papelaria institucional, envelopes timbrados, pastas de processos, crachás, carimbos, impressos oficiais e documentos administrativos;

e) Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente: formulários de fiscalização, vistorias, notificações, materiais de educação ambiental e comunicação visual;

1.4. O objetivo do presente ETP é, portanto, subsidiar a escolha da solução mais adequada para garantir o fornecimento contínuo, padronizado, eficiente e economicamente vantajoso de materiais gráficos, assegurando a regularidade dos serviços públicos, a observância dos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

## 2. REFERÊNCIA AO PLANO ANUAL DE COMPRAS

2.1. A contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), uma vez que o município ainda não formalizou seu PCA para o exercício de 2026, não havendo, portanto, previsão específica para essa demanda no planejamento anual.

## 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Administração Pública Municipal vem adotando, de forma gradual e responsável, ferramentas digitais e processos eletrônicos com vistas à modernização administrativa, à eficiência operacional e à redução do consumo de papel. Contudo, tal avanço, embora relevante, não afasta integralmente a necessidade de utilização de materiais gráficos físicos, os quais permanecem essenciais para a execução regular de diversas atividades administrativas, institucionais e de atendimento ao público.

3.2. Na prática administrativa, subsistem demandas legais, operacionais e funcionais que exigem o uso de documentos impressos, formulários padronizados, materiais informativos e peças gráficas, seja por exigência normativa, seja pela própria natureza do serviço prestado, especialmente em atividades que envolvem atendimento presencial, ações externas, registros físicos obrigatórios e comunicação direta com a população. A completa substituição dos meios físicos pelos digitais, além de ainda não estar plenamente implementada em todos os setores, tampouco alcança de forma homogênea todo o público usuário dos serviços públicos.

3.3. A ausência desses materiais compromete a padronização dos procedimentos administrativos, dificulta o registro formal dos atos, gera retrabalho, improvisações e fragiliza o controle documental, impactando negativamente a eficiência administrativa e a continuidade dos serviços públicos. Ademais, a falta de materiais gráficos adequados pode acarretar prejuízos diretos ao atendimento ao cidadão, contrariando o interesse público e os princípios que regem a Administração Pública.

3.4. Cumpre destacar que os materiais gráficos objeto da contratação possuem natureza de consumo contínuo e recorrente, com demanda variável conforme campanhas institucionais, ações administrativas, exigências legais supervenientes e necessidades operacionais dos órgãos municipais. Não se trata, portanto, de aquisição supérflua ou meramente estética, mas de insumo básico para o funcionamento regular da máquina pública.

3.5. Dessa forma, a contratação pretendida não representa retrocesso em relação às políticas de digitalização, mas sim medida complementar, necessária e proporcional, destinada a assegurar a continuidade dos serviços públicos, a eficiência administrativa e o adequado atendimento à população, até que eventual e futura plena digitalização dos processos administrativos seja tecnicamente viável e socialmente acessível em sua totalidade.

## 4. DA NATUREZA CONTINUADA DO FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento dos materiais gráficos objeto deste Estudo Técnico Preliminar possui natureza continuada, uma vez que se destina a atender necessidades permanentes e recorrentes da



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Administração Pública Municipal, indispensáveis à manutenção das atividades administrativas, institucionais e de atendimento ao público, ao longo de todo o exercício e de forma ininterrupta.

4.2. A demanda por tais materiais não se exaure em um único momento, tampouco está vinculada a evento específico ou pontual, mas decorre do funcionamento regular e contínuo da Administração, sendo influenciada por fatores variáveis, como o volume de atendimentos, a tramitação de processos administrativos, campanhas institucionais, ações educativas, exigências legais e normativas supervenientes, além de demandas emergenciais inerentes à gestão pública.

4.3. Trata-se, portanto, de fornecimento essencial à continuidade do serviço público, cuja interrupção ou desabastecimento comprometeria diretamente a eficiência administrativa, a padronização documental, a formalização dos atos administrativos e o adequado atendimento à população. A aquisição eventual ou fragmentada desses insumos, além de ineficiente, não atende ao princípio do planejamento e expõe a Administração a riscos operacionais e institucionais.

4.4. Nesse contexto, a caracterização do fornecimento como continuado justifica a adoção de modelo contratual que assegure abastecimento regular, previsibilidade, flexibilidade na execução e adequada gestão dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência consolidada dos órgãos de controle.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para garantir o pleno atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal de Iguaçu/PR, a contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

- **Prazo de entrega:** Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela Administração Pública, respeitando-se a urgência e continuidade dos serviços municipais.
- **Local de entrega:** As entregas serão realizadas no Paço da Prefeitura Municipal de Iguaçu, sito a Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro, Iguaçu - PR, 86750-000.
- **Horário de recebimento:** As entregas deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 13h30 às 16h00, em dias úteis, respeitando os horários de expediente das unidades receptoras e a conveniência operacional de cada secretaria requisitante.

### 5.2. Responsabilidade pela elaboração das artes gráficas

5.2.1. A empresa contratada será integralmente responsável pela elaboração, adaptação e finalização das artes gráficas dos materiais objeto da contratação, observadas as diretrizes, conteúdos institucionais e orientações fornecidas pela Administração Pública Municipal.

5.2.2. A elaboração das artes deverá atender aos princípios da clareza, padronização visual, legibilidade e adequação à finalidade pública, respeitando a identidade institucional do Município, quando aplicável, bem como as especificações técnicas definidas no Termo de Referência. Caberá à contratada realizar os ajustes necessários sempre que solicitados, até a aprovação final pela Administração, sem ônus adicional, desde que mantidas as características do objeto contratado.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

5.2.3. A Administração fornecerá as informações essenciais, textos, logomarcas e orientações gerais, competindo à contratada a responsabilidade técnica pela diagramação, layout, tratamento gráfico e preparação dos arquivos para impressão ou reprodução, garantindo a qualidade final do material entregue.

5.2.4. A atribuição da responsabilidade pela arte gráfica à contratada visa assegurar eficiência administrativa, padronização dos materiais, redução de retrabalho interno e adequada execução contratual, em conformidade com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES

6.1. A estimativa das quantidades foi construída baseada em levantamento histórico de consumo e eventuais novas demandas das secretarias.

LOTE 01					
Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	V. Unit	V. Total
1	ADESIVO PARA CAMPANHAS DIVERSAS 25X25MM	UNID	80.000	R\$ 0,32	R\$ 25.600,00
2	ADESIVO ROTULO DE SORO 74X105MM	UNID	15.000	R\$ 0,33	R\$ 4.950,00
3	ANAMNESE ALIMENTAR ADULTO E INFANTIL 100X1 – SULFITE – 21X29,5 CM	BL	100	R\$ 18,58	R\$ 1.858,00
4	ATENDIMENTO DE GESTANTE 15X21CM SULF 75G 100X1X0	BL	50	R\$ 14,39	R\$ 719,50
5	ATESTADO DE VACINA 10X15 SULF 75G 100X1 - 1X0	BL	50	R\$ 10,53	R\$ 526,50
6	ATESTADO MÉDICO 15X21 SULF 75G 100X1 1X0	BL	100	R\$ 11,82	R\$ 1.182,00
7	ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTE, 100X1 – 15X22CM	BL	50	R\$ 15,85	R\$ 792,50
8	ATIVIDADE DA EQUIPE DE SAÚDE RAES 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 11,36	R\$ 1.136,00
9	AUTO TERMO VIGILANCIA SANITÁRIA 30X21CM COPIATIVO 50X3 1X0	BL	40	R\$ 31,70	R\$ 1.268,00
10	BLOCO DE RECEITUÁRIO AZUL COM 50X1 – SUPERBOND AZUL 75G 10X25 CM	BL	50	R\$ 18,43	R\$ 921,50
11	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS – 100X2 CARBONADO, BRANCO E AZUL, 14X20CM	BL	100	R\$ 19,26	R\$ 1.926,00
12	BLOCO DE REQUISIÇÃO DE MATERIAL – 100X2 CARBONADO, BRANCO E AZUL, 10X20CM	BL	50	R\$ 19,45	R\$ 972,50
13	BOLETIM DE BLOQUEIO PNCD 30X21CM 100X1 1X1	BL	20	R\$ 17,81	R\$ 356,20
14	BOLETIM DE CAMPO E LABORATÓRIO LIRA 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 19,34	R\$ 773,60
15	BOLETIM DE REGISTRO DIÁRIO PNCD 30X21CM 100X1 1X1 FRENTE E VERSO	BL	20	R\$ 18,52	R\$ 370,40
16	BOLETIM SEMANAL PNCD 30X21CM 100X1 1X1 FRENTE E VERSO	BL	20	R\$ 20,63	R\$ 412,60
17	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO 37X14CM	UNID	40	R\$ 51,50	R\$ 2.060,00
18	BORRACHA PARA CARIMBO AUTOMÁTICO 47X17CM	UNID	40	R\$ 57,50	R\$ 2.300,00
19	CADERNETAS DA GESTANTE, EM MATERIAL RESISTENTE, PERSONALIZADA, CRIAÇÃO DE ARTE, CONFORME MODELO 7º EDIÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - CADERNETAS DA GESTANTE, EM MATERIAL RESISTENTE, PERSONALIZADA, CRIAÇÃO DE ARTE, CONFORME MODELO 7º EDIÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	UNID	100	R\$ 26,00	R\$ 2.600,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

20	CARTÃO CONTROLE DA PRESSÃO ARTERIAL E GLICEMIA, TIPO LIVRO, 4 PÁGINAS (2 FOLHAS) 10,5X14 CM, PAPEL CARTÃO	UNID	1.500	R\$ 0,65	R\$ 975,00
21	CARTÃO DA CRIANÇA, MEDIDAS 21X30CM, PAPEL COUCHE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO. - CARTÃO DA CRIANÇA, MEDIDAS 21X30CM, PAPEL COUCHE, IMPRESSÃO FRENTE E VERSO.	UNID	200	R\$ 12,20	R\$ 2.440,00
22	CARTAO DE HORARIO P/ DENTISTA 14X7CM SULF. 240G 1X1, PAPEL CARTÃO	UNID.	3.000	R\$ 0,61	R\$ 1.830,00
23	CARTÃO DO PACIENTE – CARTOLINA AZUL 180GR, 57X95MM	UNID	3.000	R\$ 1,17	R\$ 3.510,00
24	CARTÃO HORIZONTAL DE ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DENGUE, PAPEL CARTÃO, IMPRESSÃO COLORIDA, 9X30 CM, FRENTE E VERSO	UNID	1.500	R\$ 0,69	R\$ 1.035,00
25	CARTÃO NUTRICIONISTA, PAPEL CARTÃO, FRENTE E VERSO, 14X9,5 CM	UNID	700	R\$ 1,01	R\$ 707,00
26	CARTAZ PAPEL COUCHE 33X48CM, COLORIDO	UNID	300	R\$ 5,38	R\$ 1.614,00
27	CARTEIRA DE VACINAÇÃO 21X46 4X4 180GR DOBRADO IMPRESSÃO COLORIDA	UNID	1.000	R\$ 2,76	R\$ 2.760,00
28	CARTEIRA DE VACINAÇÃO ANIMAL, PAPEL CARTÃO , FRENTE E VERSO, COLORIDA, 31,5X21CM	UNID	400	R\$ 2,94	R\$ 1.176,00
29	CARTILHA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL -IMPRESSÃO PERIÓDICOS - CARTILHA - FORMATO ABERTO: 29,7 X 21CM (A4); CORES: 4/4; ACABAMENTO: 1 DOBRA E 2 (DOIS) GRAMPOS; PAPEL: COUCHET BRILHO 115G; NÚMERO DE PÁGINAS: 08 (MODELOS E CONTEÚDOS DIFERENTES, MANTENDO AS ESPECIFICAÇÕES)	UNID	300	R\$ 39,98	R\$ 11.994,00
30	COMUNICADO DE COMPARECIMENTO A VISITA MENSAL NÃO ATENDIDA NA ÁREA – ESF – 17X9,5 CM – SULFITE 100X1	BL	60	R\$ 15,83	R\$ 949,80
31	CRACHÁ EM PVC 1MM, MEDIDAS 8,7X5,7CM. CORDÃO PERSONALIZADO COM CRIAÇÃO DE ARTE, 100% POLIÉSTER ACETINADO ANTIALÉRGICO. COM PRESILHA DE METAL TIPO JACARÉ. PERSONALIZAÇÃO COLORIDA. - CRACHÁ EM PVC 1MM, MEDIDAS 8,7X5,7CM. CORDÃO PERSONALIZADO COM CRIAÇÃO DE ARTE, 100% POLIÉSTER ACETINADO ANTIALÉRGICO. COM PRESILHA DE METAL TIPO JACARÉ. PERSONALIZAÇÃO COLORIDA	UNID	200	R\$ 32,90	R\$ 6.580,00
32	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO 15X21CM SULF. 75G. 100X1 1X0	BL	50	R\$ 19,53	R\$ 976,50
33	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO DENTISTA 15X21CM SULF. 75G. 100X1 1X0	BL	30	R\$ 19,45	R\$ 583,50
34	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO FISIOTERAPIA 15X21CM SULF. 75G. 100X1 1X0	BL	20	R\$ 19,85	R\$ 397,00
35	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO PSICOLOGIA 15X21CM SULF. 75G. 100X1 1X0	BL	20	R\$ 19,85	R\$ 397,00
36	ENTOMOLOGIA DENGUE 6X6CM ADESIVO CORTE P DESTAQUE 1X0	UNID	2.000	R\$ 2,88	R\$ 5.760,00
37	ESF FICHA A 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 23,36	R\$ 2.336,00
38	ESF FICHA DE VISITA 30X21CM SULF. 75G. 100X1 1X1	BL	100	R\$ 21,24	R\$ 2.124,00
39	ETIQUETAS ADESIVO – ÁLCOOL GEL 70%, GEL COMUM, SABONETE, PVPI, TÓPICO, CLOREXITINA 2%	UNID	1.000	R\$ 1,52	R\$ 1.520,00
40	FICHA APREENSÃO DE AMOSTRA, 30X21 CM 100X1 1X1	BL	5	R\$ 23,75	R\$ 118,75



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

41	FICHA DE ATENDIMENTO 21X30 50X2 COPIATIVO 1X0	BL	50	R\$ 28,93	R\$ 1.446,50
42	FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL 30X21CM 100X1 1X1	BL	200	R\$ 24,27	R\$ 4.854,00
43	FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL 30X21CM SULF. 75G 50X1	BL	50	R\$ 17,54	R\$ 877,00
44	FICHA DE AVALIAÇÃO ESCOLARES CRECHES 30X21CM 100X1	BL	10	R\$ 26,46	R\$ 264,60
45	FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 25,65	R\$ 2.565,00
46	FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL 30X21CM SULF. 75G. 100X1 1X1	BL	100	R\$ 24,55	R\$ 2.455,00
47	FICHA DE CONTROLE DE FISIOTERAPIA, 9 X 11,5 CM, PAPEL CARTÃO	UNID	1000	R\$ 0,91	R\$ 910,00
48	FICHA DE PROCEDIMENTOS 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 25,80	R\$ 2.580,00
49	FICHA DE RECOMENDAÇÃO 30X21CM 100X1 1X1	BL	20	R\$ 23,13	R\$ 462,60
50	FICHA DE VISITA DOMICILIAR 11X14CM	UNID	2.000	R\$ 3,59	R\$ 7.180,00
51	FICHA DE VISITA DOMICILIAR PNCD 9X16CM COM ADESIVO DE CORTE PARA DESTAQUE	BL	1.000	R\$ 8,25	R\$ 8.250,00
52	FICHA DE VISTORIA PARA HABITE 30X21CM COPIATIVO 50X3 1X0	BL	30	R\$ 32,14	R\$ 964,20
53	FICHA GERAL DE ATENDIMENTO URGENCIA/ EMERGENCIA, FRENTE E VERSO 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	100	R\$ 12,73	R\$ 1.273,00
54	FICHA ROSA 21X30 1X1 COR C/100 FLS 100X1 1X1	BL	50	R\$ 15,08	R\$ 754,00
55	FOLDER TAMANHO FOLHA A4, IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, FRENTE E VERSO, ORIENTAÇÕES FARMACEUTICAS HIPERTENSÃO E DIABETES	UNID	1.000	R\$ 1,91	R\$ 1.910,00
56	FOLDER 11 X 21 CM, IMPRESSÃO COLORIDA, FRENTE E VERSO, PAPEL COUCHE	UNID	5.000	R\$ 0,87	R\$ 4.350,00
57	FOLDER 15,5 X 21 CM, PAPEL COUCHE, IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDA, FRENTE E VERSO, PREVENINDO A OBESIDADE	UNID	1.000	R\$ 1,53	R\$ 1.530,00
58	FOLDER 2 FOLHAS A4, TIPO LIVRO, FRENTE E VERSO, IMPRESSÃO COLORIDA, PAPEL COUCHE, SAUDE MENTAL E TABAGISMO	UNID	1.000	R\$ 1,93	R\$ 1.930,00
59	FOLDER 21X30CM COUCHE 150 1 OU 2 DOBRAS 4X4 VÁRIOS MODELO	UNID	5.000	R\$ 0,63	R\$ 3.150,00
60	FOLDER 8 X 19 CM, IMPRESSÃO DIGITAL COLORIDO, FRENTE E VERSO, PAPEL COUCHE, SAUDE MENTAL	UNID	1.000	R\$ 1,47	R\$ 1.470,00
61	GUIA DE ENCAMINHAMENTO 15X21CM COPIATIVO 50X2 1X0	BL	100	R\$ 17,32	R\$ 1.732,00
62	IMPRESSÃO DE FOLHAS / APOSTILAS AULA DE MÚSICA, EM PAPEL SULFITE 75GRS, TAMANHO A4, FRENTE E VERSO, PRETO E BRANCO, ESPIRAL, ENCADERNADA.	UNID	3.000	R\$ 6,43	R\$ 19.290,00
63	IMPRESSÃO DE FOLHAS / APOSTILAS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, EM PAPEL SULFITE 75GRS, TAMANHO A4, FRENTE E VERSO, PRETO E BRANCO, ESPIRAL ENCADERNADA.	UNID	40.000	R\$ 6,28	R\$ 251.200,00
64	IMPRESSÃO DE FOLHAS / APOSTILAS SECRETARIA DE SAÚDE, EM PAPEL SULFITE 75GRS, TAMANHO A4, FRENTE E VERSO, COLORIDA, ESPIRAL ENCADERNADA.	UNID	4.000	R\$ 6,37	R\$ 25.480,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

65	MAPA DE REGISTRO DIARIO DE VACINA 45X30CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	50	R\$ 33,43	R\$ 1.671,50
66	NOTIFICAÇÃO DE RECEITA B C NUMERAÇÃO 19X11CM 50X1 1X0, PAPEL AZUL, GROSSO, TIPO RIFA COM DESTAQUE	BL	100	R\$ 19,86	R\$ 1.986,00
67	ODONTOGRAMA 30X21CM SULF. 75G 100X1 1X1	BL	30	R\$ 28,24	R\$ 847,20
68	PANFLETO EM PAPEL COUCHE 22X32CM COLORIDO	UNID	1.000	R\$ 0,71	R\$ 710,00
69	PASTA PARA PROCESSO DE LICITAÇÃO, EM PAPEL COUCHÊ 230G, TAMANHO 32X47, 1 DOBRA, TIMBRADA COM A LOGO DA PREFEITURA E ESCRITAS A SEREM REPASSADAS NO MOMENTO DO PEDIDO, COLORIDA.	UNID	3.000	R\$ 3,76	R\$ 11.280,00
70	PLACA PVC 2MM ADESIVADO TAMANHO 1X1	UNID	20	R\$ 107,75	R\$ 2.155,00
71	PLACA PVC 2MM ADESIVADO TAMANHO 50X50	UNID	20	R\$ 87,66	R\$ 1.753,20
72	PNCD REGISTRO DIÁRIO DE UBV 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 24,15	R\$ 966,00
73	POSOLOGIA 3,5X5X5CM C/ CORTE P/DESTAQUE PAPEL ADESIVO 1X0	UNID.	18.000	R\$ 0,31	R\$ 5.580,00
74	PRESCRIÇÃO MÉDICA E RELATÓRIO DE ENFERMAGEM – 75G – SULFITE, 29X21CM 100X1	BL	100	R\$ 21,36	R\$ 2.136,00
75	PRONTUARIO MEDICO PARA ENFERMARIA 100X1 – SULFITE – 21X29,7CM	BL	50	R\$ 25,43	R\$ 1.271,50
76	PRONTUÁRIO ODONTOLÓGICO AVAL. GERAL ANAMNESE 30X21 100X1 1X1	BL	30	R\$ 29,24	R\$ 877,20
77	PROTOCOLO P/ ENCAMINHAMENTO CLINICO 30X21 SULF. 75G. 100X11X1	BL	50	R\$ 20,03	R\$ 1.001,50
78	PROTOCOLO P/ ENCAMINHAMENTO ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS CISAMUSEP 15X21 SULF. 75G. 100X2	BL	40	R\$ 29,31	R\$ 1.172,40
79	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 15X21CM COPIATIVO 50X2 1X0, 1 FOLHA BRANCA E 1 AMARELA	BL	200	R\$ 18,07	R\$ 3.614,00
80	RECEITUÁRIO NUTRICIONISTA, FOLHA A4, 100X1	BL	20	R\$ 16,73	R\$ 334,60
81	RECONHECIMENTO GEOGRÁFICO DENGUE 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 28,50	R\$ 1.140,00
82	REFERENCIA E CONTRA REFERENCIA 21X30CM 100X1 1X1	BL	50	R\$ 23,45	R\$ 1.172,50
83	REGISTRO DIÁRIO DE APLICAÇÃO E ULTRA BAIXO VOL 30X21CM 100X1	BL	40	R\$ 23,61	R\$ 944,40
84	RELATORIO DE PRODUÇÃO E MARCADORES PARA AVALIAÇÃO ESF – 100X1 – SULFITE – 21X29,7	BL	50	R\$ 31,40	R\$ 1.570,00
85	REQUISIÇÃO DE EXAMES 15X21CM AUTO COPIATIVO 50X2 1X0	BL	300	R\$ 17,79	R\$ 5.337,00
86	RESUMO DE BOLETIM DE CAMPO LIRA DENGUE 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 24,10	R\$ 964,00
87	RESUMO DE REC GEOGRÁFICO POR LOCALIDADE 30X21CM 100X1 1X1	BL	40	R\$ 24,25	R\$ 970,00
88	ROTEIRO DE INSPEÇÃO EM PANIFICADORAS 30X21CM 100X1 1X1	BL	6	R\$ 35,67	R\$ 214,02
89	ROTEIRO DE INSPEÇÃO P BARES E LANCHONETES 30X21CM 100X1 1X0	BL	6	R\$ 28,03	R\$ 168,18
90	ROTEIRO DE INSPEÇÃO P ESTABELECIMENTOS RES. RCD 216/04 30X21	BL	6	R\$ 28,03	R\$ 168,18
91	ROTEIRO DE INSPEÇÃO P INDUSTRIAS RES RDC 275/02 30X21CM 100X	BL	6	R\$ 28,03	R\$ 168,18
92	SERVIÇO MÉDICO MUNICIPAL 15X21 COPIATIVO 50X2 1X0	BL	300	R\$ 11,08	R\$ 3.324,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

93	SERVIÇO ODONTOLÓGICO MUNICIPAL 15X21CM COPIATIVO 50X3 1X0	BL	50	R\$ 21,43	R\$ 1.071,50
94	SOLICITAÇÃO AUTORIZAÇÃO TRAT. FORA DO DOMICILIO 30X21CM 100X1	BL	20	R\$ 22,48	R\$ 449,60
95	SOLICITAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS 15X21CM COPIATIVO 50X2 1X0	BL	300	R\$ 17,60	R\$ 5.280,00
96	SUPERVISÃO DE CAMPO AO AGENTE DE ENDEMIAS PNCD 30X21CM 100X1 1X1	BL	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
97	TERMO DE REC. DE RISCO PARA MULHERES MAIS DE 55 ANOS 30X21CM 100X1	BL	20	R\$ 33,60	R\$ 672,00
98	TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SIBUTRAMINA 30X21CM SULF. 75G 100X1.	BL	20	R\$ 21,97	R\$ 439,40
99	TRATAMENTO ODONTOLÓGICO 30X21CM SULF. 75G. 100X1 1X1	BL	30	R\$ 29,74	R\$ 892,20
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 01</b>					<b>R\$ 510.938,01</b>
<b>LOTE 02</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição do Item</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant.</b>	<b>V. Unit</b>	<b>V. Total</b>
100	CARIMBO AUTOMÁTICO 27X10MM	UNID	60	R\$ 96,38	R\$ 5.782,80
101	CARIMBO AUTOMÁTICO 37X14MM	UNID	60	R\$ 96,38	R\$ 5.782,80
102	CARIMBO AUTOMÁTICO 47X18MM	UNID	60	R\$ 111,28	R\$ 6.676,80
103	CARIMBO AUTOMÁTICO 59X23MM	UNID	60	R\$ 129,88	R\$ 7.792,80
104	CARIMBO AUTOMÁTICO 6X4CM	UNID	60	R\$ 197,38	R\$ 11.842,80
105	CARIMBO AUTOMÁTICO Nº 4911	UNID	60	R\$ 121,74	R\$ 7.304,40
106	CARIMBO AUTOMATICO Nº 4914	UNID	60	R\$ 153,24	R\$ 9.194,40
107	CARIMBO DE MADEIRA 7X1CM	UNID	60	R\$ 137,38	R\$ 8.242,80
108	CARIMBO DE PAGINAÇÃO REDONDO (MANUAL), CARIMBO REDONDO, CONFECCIONADO EM BORRACHA RESINADA DE ALTA DURABILIDADE, (COM GRAVAÇÃO INDICADA PELA ADMINISTRAÇÃO) E "FLS Nº __", AREA DE IMPRESSÃO APROXIMADA DE 3 CM DE DIAMETRO, BASE EM MADEIRA OU ACRILICO, COM EMPUNHADURA ANATOMICA QUE PROPORCIONA CONFORTO NO USO, UTILIADO PARA CONTROLE E NUMERAÇÃO MANUAL DE PÁGINAS EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS OFICIAIS, COMPATÍVEL, COM TINTAS E ALMOFADAS DE CARIMBO CONVENCIONAIS, PRODUTO NOVO, DE EXCELENTE QUALIDADE M COM GRAVAÇÃO NÍTIDA E RESISTENTE AO DESGASTE	UNID	20	R\$ 100,63	R\$ 2.012,60
109	CARIMBO NUMERADOR AUTOMÁTICO 6 DIGITOS, CORPO ROBUSTO EM METAL CROMADO, DIGITOS METALICOS, AUTO ENTINTAMENTO, ALTURA DO DIGITO 5MM, CARIMBA DE 000000 ATÉ O 999999, FUNÇÃO DE SUPRESSÃO DE DIGITOS ONDE ELIMINA DIGITOS NÃO DESEJADOS, NUMERAÇÃO SEQUENCIAL AUTOMÁTICA (CONSECUTIVA, DUPLICADA, TRIPLICADA, QUADRUPLICADA, QUINTUPLICADA, SEXTUPLICADA	UNID	6	R\$ 411,74	R\$ 2.470,44





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

110	CARIMBO TIPO CHANCELA, CONFECCIONADO EM ESTRUTURA PLÁSTICA OU METÁLICA RESISTENTE, COM BASE DE APOIO ESTÁVEL E ALAVANCA DE ACIONAMENTO MANUAL. EQUIPADO COM PLACA METÁLICA PERSONALIZADA EM RELEVO (ALTO E BAIXO RELEVO) CONTENDO DIZERES PADRONIZADOS, UTILIZADOS PARA AUTENTICAÇÃO E CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS OFICIAIS. POSSUI MECANISMO DE PRESSÃO QUE IMPRIME MARCA VISÍVEL SEM O USO DE TINTA, GARANTINDO SEGURANÇA E EVITANDO FALSIFICAÇÕES. INDICADO PARA USO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS, SECRETARIAS E SETORES ADMINISTRATIVOS. PRODUTO NOVO, DE EXCELENTE QUALIDADE E DURABILIDADE, COM GRAVAÇÃO NÍTIDA E ACABAMENTO PRECISO.	UNID	5	R\$ 558,63	R\$ 2.793,15
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 02</b>					<b>R\$ 69.895,79</b>
<b>LOTE 03</b>					
<b>Item</b>	<b>Descrição do Item</b>	<b>Unid.</b>	<b>Quant.</b>	<b>V. Unit</b>	<b>V. Total</b>
111	BANNERS 0,70X 1,00 CM COLORIDO	UNID	50	R\$ 98,18	R\$ 4.909,00
112	BANNERS 1,00X1,50M COLORIDO	UNID	50	R\$ 114,18	R\$ 5.709,00
113	BANNERS 1,00X1,80 CM COLORIDO	UNID	50	R\$ 124,18	R\$ 6.209,00
114	BANNERS 1,20X0,80M COLORIDO	UNID	50	R\$ 102,18	R\$ 5.109,00
115	BANNERS 1,20X2,00M COLORIDO	UNID	50	R\$ 154,18	R\$ 7.709,00
116	BANNERS1,00X1,30 CM COLORIDO	UNID	50	R\$ 115,18	R\$ 5.759,00
117	FAIXA EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 0,80X3,00M COLORIDO	UNID	50	R\$ 153,60	R\$ 7.680,00
118	FAIXA EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 1,00X3,00M COLORIDO	UNID	40	R\$ 189,75	R\$ 7.590,00
119	FAIXA EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 1,20X3,00M COLORIDO	UNID	40	R\$ 206,75	R\$ 8.270,00
120	FAIXA EM LONA, IMPRESSÃO DIGITAL 1,40X4,00M COLORIDO	UNID	40	R\$ 221,00	R\$ 8.840,00
<b>VALOR TOTAL DO LOTE 03</b>					<b>R\$ 67.784,00</b>

6.2. O valor estimado da contratação perfaz o total de R\$ 648.617,80 (seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta centavos).

### 6.3. Da Pesquisa de Preços

6.3.1. A pesquisa de preços foi devidamente realizada, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de estimar o valor da contratação de forma justa, atualizada e compatível com os preços praticados no mercado. Para tanto, foram consideradas fontes diversas:

- a) Contratos e atas de registro de preços dos municípios de: Itaúna e Nova Fátima/PR;
- d) Aquisições de outras entidades por meio do Banco de Preços;
- c) Orçamentos obtidos de 3 potenciais fornecedores;

6.3.2. Os preços obtidos foram analisados quanto à sua representatividade e aderência às especificações do objeto, sendo adotada a média dos valores apurados como referência para o valor estimado da contratação. A documentação da pesquisa encontra-se anexada aos autos, contendo a identificação das fontes, datas, responsáveis e metodologia utilizada, de modo a assegurar a





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

transparência, a rastreabilidade e a conformidade com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

6.3.2.1. Responsável pela pesquisa de preços: Geovana Pereira da Silva

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

7.1. Não existe, no mercado, alternativa tecnicamente viável capaz de suprir as necessidades da Administração Pública Municipal que não seja a contratação direta de empresa especializada para o fornecimento de materiais gráficos. Trata-se de produtos de uso institucional, consumo recorrente e aplicação imediata, indispensáveis ao funcionamento regular da Administração e à prestação de serviços públicos.

7.2. Embora parte dos processos administrativos seja realizada por meio eletrônico, a realidade operacional demonstra que os materiais gráficos permanecem necessários, seja por exigência legal, seja pela própria dinâmica do atendimento ao público, da comunicação institucional e da formalização documental. O mercado não oferece solução substitutiva que elimine integralmente o uso desses materiais, tampouco modelos alternativos como comodato, locação, cessão de uso ou fornecimento automático por demanda espontânea.

7.3. A produção interna também se revela inviável, diante da inexistência de estrutura gráfica própria, da necessidade de investimento em equipamentos, insumos, manutenção e mão de obra especializada, o que configuraria solução antieconômica e incompatível com os princípios da eficiência e da racionalidade administrativa. Assim, a única solução existente, viável e aplicável é a contratação regular de empresa especializada para o fornecimento de materiais gráficos, conforme demanda da Administração.

### 7.4. Forma de contratação

7.4.1. Considerando a natureza do objeto, a diversidade de itens gráficos, a pluralidade de setores demandantes e a necessidade de racionalização dos gastos públicos, a forma mais adequada para a contratação é o Sistema de Registro de Preços – SRP, a ser operacionalizado por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021. O SRP mostra-se o instrumento mais racional e eficiente para esta contratação, pois permite flexibilidade na execução, controle de preços e atendimento às demandas variáveis da Administração, sem a necessidade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados.

7.4.2. Volatilidade, rotatividade e pluralidade da demanda

a) Incerteza quanto ao momento e às quantidades exatas: A demanda por materiais gráficos decorre do fluxo de atendimentos, da tramitação de processos administrativos, de campanhas institucionais, ações educativas, exigências normativas supervenientes e demandas eventuais. Embora contínua, a necessidade é variável e não permite previsão rígida de consumo por item.

b) Otimização de recursos e ganhos de escala: O SRP possibilita a consolidação de uma única licitação, amplia a competitividade entre fornecedores, favorece a obtenção de preços mais vantajosos por volume agregado, reduz custos administrativos, evita formação de estoques excessivos e previne aquisições emergenciais decorrentes de desabastecimento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

7.4.3. Diante dessas condições, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura, atendendo ao interesse público e às boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução contempla a produção e entrega de materiais gráficos diversos, padronizados conforme as necessidades institucionais, garantindo uniformidade visual, clareza das informações, durabilidade adequada e compatibilidade com a finalidade pública a que se destinam. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, assegurando o cumprimento das obrigações assumidas, prazos de entrega, qualidade dos produtos e conformidade com as especificações estabelecidas.

8.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços permite à Administração responder de forma ágil às demandas ordinárias e supervenientes, evitando desabastecimento, contratações emergenciais e aquisições fragmentadas, além de proporcionar ganhos de escala e maior eficiência administrativa. Trata-se de solução que equilibra planejamento, economicidade e segurança jurídica, compatibilizando a necessidade de fornecimento contínuo com a variabilidade do consumo.

8.3. Dessa forma, a solução definida revela-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e administrativamente eficiente, atendendo ao interesse público, aos princípios da legalidade, eficiência, planejamento e continuidade do serviço público, e às disposições da Lei nº 14.133/2021, constituindo base sólida para a formalização da contratação pretendida.

## 9. DO PARCELAMENTO

9.1. O parcelamento do objeto será adotado mediante o agrupamento de itens em lotes, considerando a natureza, a similaridade técnica, a finalidade e as características operacionais de cada material gráfico, em conformidade com o disposto no art. 40, inciso V, alínea “b” da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Os itens serão organizados de modo a reunir produtos com características semelhantes, especialmente quanto ao tipo de material, formato, técnica de impressão e identidade visual, o que permite maior racionalidade na execução contratual. Tal modelagem mostra-se adequada, uma vez que a produção de materiais gráficos envolve etapas comuns, como elaboração ou adaptação de arte, diagramação, ajustes gráficos e processos de impressão similares, sendo operacionalmente mais eficiente que esses itens sejam tratados de forma conjunta.

9.3. O agrupamento por lotes possibilita à empresa contratada otimizar o processo produtivo, uma vez que a preparação de determinada arte gráfica ou layout base pode ser aplicada a materiais similares, reduzindo retrabalho, tempo de produção e custos operacionais. Essa eficiência operacional reflete diretamente na obtenção de preços mais vantajosos para a Administração, atendendo ao princípio da economicidade.

9.4. Além disso, o parcelamento por lotes contribui para a adequada gestão contratual, facilita o controle da execução, assegura padronização visual e técnica dos materiais e reduz o risco de incompatibilidade entre peças gráficas correlatas. Trata-se de solução que equilibra a ampliação da competitividade com a preservação da eficiência e da qualidade do fornecimento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

9.5. Cumpre destacar que o parcelamento não tem por objetivo restringir a competitividade, mas sim organizar o objeto de forma lógica e funcional, evitando a fragmentação excessiva ou artificial que poderia comprometer a execução contratual ou gerar aumento de custos administrativos. A modelagem adotada respeita o interesse público e está alinhada ao entendimento dos órgãos de controle, que admitem o parcelamento sempre que técnica e economicamente justificado.

9.6. Dessa forma, o parcelamento proposto revela-se tecnicamente adequado, economicamente vantajoso e juridicamente seguro, atendendo aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

## **9.7. Da não reserva de cotas para ME/EPP – Item: Impressão de folhas/apostilas da Secretaria de Educação**

9.7.1. Embora a Lei Complementar nº 123/2006 estabeleça, como regra geral, o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive por meio da reserva de cotas em licitações de bens e serviços de natureza divisível, a própria legislação excepciona tal aplicação quando demonstrado que a medida não se revela vantajosa à Administração Pública ou quando puder comprometer a padronização, a qualidade, a eficiência da contratação ou a adequada execução do objeto, conforme disposto no art. 49, inciso III, da referida lei.

9.7.2. A eventual divisão do fornecimento do mesmo material gráfico padronizado entre diferentes fornecedores, em razão da aplicação de cota reservada para ME/EPP, acarretaria prejuízos relevantes à gestão contratual e à própria finalidade do objeto. Diferenças sutis, porém, relevantes, entre impressões — como variação de tonalidade, alinhamento, gramatura efetiva do papel.

9.7.3. Além disso, a fragmentação do fornecimento dificulta significativamente a rastreabilidade do material e a responsabilização por eventuais falhas de impressão, defeitos de encadernação ou problemas de qualidade identificados após a distribuição.

9.7.4. A padronização do material gráfico constitui medida de inequívoco interesse público, alinhada ao art. 40 da Lei nº 14.133/2021, ao assegurar homogeneidade no material, facilitar o planejamento, reduzir custos indiretos com retrabalho, reimpressões e substituições, bem como garantir previsibilidade e eficiência na execução contratual. A adoção de fornecedor único por lote permite maior controle de qualidade, maior responsabilidade técnica sobre o produto final e melhor gestão do contrato, em especial quanto a prazos, conformidade e atendimento às especificações técnicas.

9.7.5. A fragmentação do fornecimento, por sua vez, comprometeria esses objetivos, ampliando o risco de inconsistências no material distribuído, aumento de custos administrativos e potenciais prejuízos, em afronta aos princípios da eficiência, da economicidade e da boa gestão dos recursos públicos, previstos no art. 37 da Constituição Federal e reiterados pela Lei nº 14.133/2021.

9.7.6. O afastamento da cota, portanto, encontra respaldo legal, técnico e jurisprudencial, mostrando-se medida necessária para assegurar a qualidade, a eficiência, a segurança e a efetividade da contratação pretendida, em consonância com os princípios que regem as contratações públicas.

## **10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

10.1. A contratação para o fornecimento de materiais gráficos pode gerar impactos ambientais associados, principalmente, ao consumo de papel, ao uso de insumos gráficos, à geração de resíduos sólidos e ao consumo de recursos naturais ao longo do processo produtivo e de entrega. Tais impactos, embora inerentes à natureza do objeto, são passíveis de mitigação mediante a adoção de



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

medidas técnicas e administrativas adequadas, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental.

10.2. Entre os principais impactos potenciais, destacam-se o consumo de papel e derivados de celulose, a utilização de tintas e outros insumos gráficos, bem como a geração de resíduos oriundos de aparas, embalagens e materiais descartados durante a produção e o uso dos produtos. Há, ainda, impacto ambiental relacionado à logística de transporte e à distribuição dos materiais.

10.3. Como medidas mitigadoras, a Administração adotará especificações técnicas que priorizem, sempre que possível, o uso de papel certificado ou proveniente de manejo florestal sustentável, bem como a utilização de tintas e insumos menos agressivos ao meio ambiente, observadas as limitações técnicas e a viabilidade econômica.

10.4. Adicionalmente, a adoção do Sistema de Registro de Preços contribui para a mitigação de impactos ambientais ao evitar aquisições desnecessárias, formação excessiva de estoques e desperdício de materiais, permitindo que a produção e o fornecimento ocorram conforme a real demanda da Administração. O parcelamento do fornecimento, aliado ao planejamento das solicitações, reduz perdas e contribui para o uso mais racional dos recursos naturais.

10.5. Ressalta-se, ainda, que a própria ampliação do uso de meios digitais pela Administração, de forma complementar à contratação, constitui medida indireta de mitigação, ao reduzir gradualmente o volume de impressões, sem comprometer a continuidade dos serviços públicos.

10.6. Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são controláveis e mitigáveis, sendo compatíveis com a natureza do objeto e adequadamente gerenciados por meio das medidas propostas, atendendo ao interesse público e aos princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 11. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO – CONCLUSÃO

11.1. Com base nas informações, análises e justificativas constantes neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente viável, juridicamente adequada e economicamente vantajosa para a Administração Pública Municipal.

11.2. Restou demonstrada a necessidade da contratação para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a regularidade das atividades administrativas e o adequado atendimento à população, bem como a inexistência de solução alternativa capaz de suprir a demanda de forma eficiente e compatível com a realidade operacional do Município. A adoção do Sistema de Registro de Preços, por meio de Pregão Eletrônico, mostrou-se a solução mais racional, flexível e alinhada aos princípios do planejamento, da economicidade e da eficiência.

11.3. Verificou-se, ainda, que a modelagem da contratação observa as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento prévio, à definição clara do objeto, à justificativa do parcelamento, à análise de impactos ambientais e à adoção de medidas mitigadoras, não havendo óbices técnicos, jurídicos ou administrativos à sua formalização.

11.4. Dessa forma, declara-se viável a contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e execução de serviços gráficos diversos, nos termos delineados neste Estudo Técnico Preliminar, recomendando-se o prosseguimento do processo com a elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à deflagração do procedimento licitatório.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 009/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)

(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº **XX/2026** em epígrafe que tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, abrangendo a criação de artes, impressão, confecção, acabamento e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Administração Pública Municipal, e conforme segue:

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Marca	Valor Por Item	Valor Total

Valor total:

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 009/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(uso obrigatório por todas as licitantes)

(papel timbrado da licitante)

À Pregoeira e equipe de apoio,

Prefeitura Municipal de Iguaçu, Estado do Paraná

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos estarmos cientes e concordarmos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, respondendo pela veracidade das informações prestadas na forma da lei, conforme [art. 63, inciso I e §1º da Lei nº 14.133/21](#).

2) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3) Declaramos não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

4) Declaramos cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

6) Declaramos para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do §1º, do artigo 9º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

7) Declara que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura de Iguaçu ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e que deles não somos cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8) Declaramos para os devidos fins de direito, que nos comprometemos a atender a todos os termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e suas atualizações, realizando o tratamento dos dados pessoais, tanto em meio físico como digital, seja de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

9) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.**

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

12) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, referente ao **Pregão Eletrônico Nº xx/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 009/2026

REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU**, com sede na Praça da República, nº 28, na cidade de Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo Prefeito Municipal, senhor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../2026, publicada no ..... de ...../...../2026, processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação Pregão Eletrônico nº...../2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, abrangendo a criação de artes, impressão, confecção, acabamento e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das demandas institucionais da Administração Pública Municipal, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: (razão social, CNPJ/MF, endereço, representante legal)						
Item	Especificação	Marca/ Modelo/Fabricante	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
TOTAL:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Iguaçu.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Além do gerenciador, não há outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

#### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.2. É vedada ainda a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

#### **5. DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS**

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **6. DA VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Órgão Oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/21.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

6.5. O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal da Transparência e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021.

6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **7. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e a aplicação do índice IPCA ou outro que venha a substituí-lo;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 8. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **9. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

10.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462 de 2023; ou

10.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133 de 2021.

10.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133 de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462 de 2023.

10.5. Ainda poderá ser realizado o cancelamento da ata de acordo com as disposições constantes do art. 147 e seguintes do Decreto Municipal nº 222/2023. E quando:

a) Detentora do Registro, deixar de cumprir as exigências do Edital;

b) A Detentora do Registro não atender à convocação para assinar a Ata decorrente de Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

c) A Detentora incorrer reiteradamente em infrações previstas no Edital;

d) A Detentora do Registro, praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;

e) Ficar evidenciada incapacidade de cumprir as obrigações assumidas pela Detentora do Registro, devidamente caracterizada em relatório de inspeção;

f) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do Registro de Preços;

g) Os preços registrados, se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a detentora se recusarem a baixá-los na forma prevista no ato convocatório;

h) Por razões de interesse público, mediante despacho motivado, devidamente justificado.

i) Cancelamento do registro de preços por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do fornecedor, ou ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado;

j) Não aceitar reduzir o(s) seu(s) preço(s) registrado(s) na hipótese de tornar (em)-se superior(es) ao(s) praticado(s) no mercado.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

10.6. A detentora do Registro poderá requerer o cancelamento mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências do Edital que gerou a Ata de Registro de Preços.

10.7. A decisão da Comissão de Licitação do cancelamento do preço registrado, por correspondência com recibo de entrega, juntando-se comprovantes dos fatos ocorridos ou evidenciados, sem prejuízo da aplicação das penalidades no Edital assegurada defesa prévia da Detentora do registro, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no item 12 do edital.

11.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 12. DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital, Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar anexos ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Iguaçu/PR ..... de ..... de 2026.

XXXXXXXXXX  
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

## APÊNDICE DO ANEXO VI – CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

<b>FORNECEDOR:</b> <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, representante legal)</i>					
Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01					
02					
<b>TOTAL:</b>					

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

<b>FORNECEDOR:</b> <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, representante legal)</i>					
Item	Especificação	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01					
02					
<b>TOTAL:</b>					